

## **Um olhar sobre a participação das mulheres descendentes na trajetória da imigração italiana em Minas Gerais/Brasil\***

Sandra Nicoli  
Sueli Siqueira  
Universidade Vale do Rio Doce – Univale.

### **Resumo**

Caracterizada por ser uma imigração familiar com a maior procedência vinda da região do Vêneto, na Itália, a imigração italiana, no Brasil, aconteceu a partir da segunda metade do século XIX. Minas Gerais foi destino secundário dessa colonização. O objetivo deste estudo é descrever a trajetória das famílias de imigrantes italianos em Minas e, destacar o papel das mulheres nessa trajetória, a partir de relatos orais dos descendentes que tem em suas memórias histórias contadas pelos seus antepassados. Tais memórias descrevem a luta e a importância das mulheres na conquista e formação das propriedades rurais. Sua força de trabalho na roça, sua atuação na administração da vida doméstica e na educação dos filhos foram elementos significativos na constituição da economia e cultura mineira. A invisibilidade do trabalho e da importância dessas mulheres é uma falha, quando se conta a história da imigração italiana em Minas Gerais. Pode-se considerar que as mulheres de origem italiana desempenharam um papel fundamental na formação e configuração do território.

**Palavras-Chave:** Imigração italiana, memória, mulheres, cotidiano, trabalho.

---

\* Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016.

## Introdução

O fenômeno migratório não é recente. Os deslocamentos de populações sempre existiram na história da humanidade e se constituem num elemento essencial para compreensão da formação das sociedades. O Brasil, desde o século XVI, se estabeleceu como um importante cenário onde ocorreu de maneira intensa o fenômeno das migrações internacionais (NICOLI, 2014).

A política imigratória<sup>1</sup>, no Brasil, voltada para a colonização de terras públicas começou a ser delineada antes da Independência, quando foi assinado por D. João VI um decreto que viabilizou o acesso à terra para estrangeiros no regime de sesmarias<sup>2</sup>.

O projeto imigrantista de colonização<sup>3</sup> era baseado na pequena propriedade familiar (SEYFERTH, 2000). Sendo assim, *“tratava-se, portanto, de um sistema de povoamento de territórios considerados ‘vazios demográficos’, com o objetivo de promover uma agricultura baseada na pequena propriedade familiar”* (SEYFERTH, 2000, p. 309).

No período de 1890 a 1899 chegaram mais de um milhão de estrangeiros ao território brasileiro. A queda do sistema escravocrata e a demanda das lavouras de café por mão de obra intensificaram o fluxo a partir da segunda metade do século XIX. A maioria das famílias de imigrantes era italiana e trabalhava nas lavouras através do sistema de parceria e/ou colonato<sup>4</sup> como também abria novas fronteiras agrícolas nas pequenas propriedades adquiridas no momento de chegada ao Brasil (TEIXEIRA, 2009).

Segundo Santos (2010) a imigração transoceânica trouxe, para a América, milhares de europeus de origem camponesa. A imigração europeia significou muito para

---

<sup>1</sup> Entende-se por política migratória toda política que, de forma direta e explícita, gera avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de população (VAINER, 2000).

<sup>2</sup> O regime de Sesmarias foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção. No Brasil, o Estado português decidiu utilizar o sistema sesmarial com algumas adaptações. Sua principal função era estimular a produção. O proprietário deveria, como principal dever fertilizar a terra para a produção (SEYFERTH, 2000).

<sup>3</sup> O governo imperial criou, em 1876, a Inspectoria Geral de Terras e Colonização, responsável pela definição de uma orientação unitária à introdução de imigrantes europeus no Brasil (DADALTO, 2009).

<sup>4</sup> A partir de 1880, o regime de trabalho que passa a regulamentar as atividades nas fazendas de café é o Colonato, que consistia em um sistema misto de remuneração por tarefa e medida colhida de café, sendo a carpa paga a um preço anual fixo por mil pés tratados e a colheita por alqueire de café colhido. Já no sistema de parceria, os imigrantes recebiam adiantamentos destinados aos custos de viagem e que seriam pagos durante determinado período de trabalho nos cafezais. A remuneração do imigrante consistia em metade dos lucros líquidos do café e dos gêneros alimentícios, conforme as regulamentações dos contratos de parceria. (AMATI, 2005, pág. 70)

o Brasil e, nesse sentido, a imigração italiana foi particularmente relevante (BONI, 1990).

Destaca-se que a entrada da origem italiana, a partir da segunda metade do século XIX, foi significativa em relação às demais nacionalidades. No período em que ocorreu a imigração transoceânica, a Itália passava por diversas transformações tanto econômica, quanto de modernização e de modernidade. Tais transformações atingiram em maior escala a população rural, origem da maioria dos que chegaram ao Brasil. Assim, os que faziam a travessia do Atlântico vinham com a esperança de reconstruir a vida do outro lado do mundo (DADALTO, 2009).

As famílias de imigrantes italianos ocuparam várias regiões do Brasil, nesse estudo será abordado um grupo específico – os italianos que se instalaram na região de Alfredo Chaves e Castelo (Espírito Santo) e, posteriormente, estes e seus descendentes que migraram para Itueta e Santa Rita do Itueto (Minas Gerais). O objetivo principal é descrever a trajetória e a territorialização dessas famílias de imigrantes e seus descendentes em terras mineiras, destacando a participação das mulheres nessa trajetória.

Trata-se de um estudo descritivo que utiliza uma abordagem qualitativa. Através dos relatos orais colhidos com descendentes dessas famílias, utilizamos para este estudo cinco relatos orais de mulheres descendentes, residentes em Minas e, também fizeram parte do estudo os relatos de dois homens descendentes das famílias de imigrantes italianos residentes no Espírito Santo, os quais relataram as histórias do cotidiano de suas avós, tias e mães nesse primeiro território geográfico de chegada ao Brasil.

Essas mulheres e homens guardam em suas memórias as histórias sobre seus antepassados que partiram da Itália, chegaram ao Brasil e se instalaram no Espírito Santo e em Minas Gerais. Através dessa memória e da própria vivência de cada um dos participantes, será possível reconstruir a trajetória das famílias de origem italiana que se territorializaram em terras mineiras.

Enfatiza-se que diversos recursos podem ser utilizados para a compreensão do processo migratório. Os aspectos vinculados à memória e à narrativa, coletadas por meio da metodologia da História Oral<sup>5</sup>, serão de fundamental importância para compreendermos tal processo, pois essa metodologia permite o registro de práticas,

---

<sup>5</sup> Esta é uma metodologia de pesquisa de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX e consiste na realização de entrevistas gravadas. Ressaltamos que a fonte oral, além de coletada, deve ser interpretada e analisada cuidadosamente. Vinculada ao cotidiano, favorece uma pesquisa com espaço para falas de sujeitos, em geral, anônimos (SILVEIRA, 2007).

costumes, identidades e tradições referentes à origem. Contribuindo assim, na compreensão do processo de adaptação e de integração dessas famílias no novo ambiente (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

### **A imigração italiana no Brasil/Espírito Santo**

A região Sudeste recebeu um número significativo de imigrantes italianos. O Espírito Santo, cujo projeto imigrantista era fundamentado na pequena propriedade familiar, recebeu levas expressivas de famílias italianas camponesas, em sua maioria, vindas de regiões do norte da Itália, principalmente do Vêneto. As lembranças da Itália, que ficara para trás, era de uma terra devastada pela fome e pela guerra. Em contrapartida tinham a informação do Brasil como uma terra de grandes possibilidades conforme relatam as mulheres descendentes que passaram toda a infância ouvindo de seus avôs as histórias sobre a Itália, a viagem de navio e a chegada ao Brasil. Como afirma Sayad (2000), deixar a terra natal não é uma decisão fácil, contudo era a oportunidade de sobrevivência.

*[...] lá eles viviam alegres, felizes, trabalhavam. [...] por causa da guerra tudo ficou difícil, eles vieram pro Brasil porque viam falar do Brasil, uma terra sadia, fértil, que tudo que plantava dava [...]. (Rita, 70 anos).*

*[...] eles vieram embora porque tava muito difícil a vida lá. Então eles resolveram, ficou sabendo que aqui, no Brasil, era bom e resolveu mudar praqui. (Marilda, 53 anos).*

O Espírito Santo teve fundamental importância em relação à vinda de imigrantes europeus para o Brasil, em especial os italianos. As famílias de imigrantes italianos desembarcaram no porto de Vitória, capital do Espírito Santo, no final do século XIX e início do século XX, e foram direcionadas ao interior do Estado, que abriga uma das maiores colônias italianas do Brasil (NICOLI, 2016).

Segundo Busatto (1990) a quantidade de imigrantes europeus que ingressou no Estado foi pequena, se comparada aos demais Estados brasileiros receptores. Porém, a introdução do imigrante europeu, em especial os italianos, se deu de forma marcante. A imigração italiana para o Espírito Santo, num primeiro momento, foi um acontecimento insignificante, mas rapidamente tomou tal expressão que ignorar qualquer um dos seus aspectos é ignorar o destino coletivo do território espírito-santense. O autor afirma ainda que “*nenhum outro Estado teve seu território tão densamente ocupado por colonos de origem italiana como o Espírito Santo*” (BUSATTO, 1990, p. 241).

A imigração para o território geográfico espírito-santense fazia parte das estratégias governamentais para povoamento e ampliação da fronteira agrícola, facilitada com a chegada de imigrantes italianos agricultores, razão da priorização de imigração familiar, nesse período. Assim, os italianos que desembarcavam no litoral vinham, em sua maioria, com toda a família (DADALTO, 2009).

O projeto imigrantista era baseado na pequena propriedade familiar (DADALTO, 2009). Nesse propósito, as famílias de imigrantes italianos que chegaram ao Espírito Santo eram, em sua maioria, camponeses provenientes da região do Vêneto. Bussola (1990, p. 270) informa que “*os primeiros imigrantes italianos chegaram ao Estado na segunda metade do século XIX e foram logo enviados para o interior a fim de desbravá-lo e colonizá-lo*”.

Atravessar o Atlântico, tendo em vista que a região de onde vinham não lhes oferecia grandes possibilidades, em busca de uma terra fértil não era uma aventura, mas uma oportunidade. Rita relembra os relatos dos avôs sobre essa decisão.

*[...] as primeiras viagens não eram cobradas, era financiadas pelo governo. Já a do meu avô não, eles tiveram que da uma quantia pra poderem vir a família toda [...]. Fala assim que eles começaram a sair, tava deixando o Treviso, a Itália pra trás [...] ele falava que foi muito triste, porque eles amavam e morreram amando a Itália. (Rita, 70 anos).*

Segundo Nicoli (2016, p. 226), “*Os italianos que chegaram ao Brasil deixaram para trás a paisagem do Vêneto, da Lombardia, da Toscana, do Trentino e de outras regiões da Itália junto com suas lembranças e suas raízes, para iniciar uma nova vida em terras brasileiras*”.

Os camponeses vênnetos viam na “América<sup>6</sup>” a grande oportunidade para possuírem suas terras, produzirem e melhorarem suas condições de vida.

Para os vênnetos, o principal fator de atração do Brasil era a possibilidade de serem proprietários de seu pedaço de terra. A posse da terra era um sonho que representava o prêmio dos esforços de todo o trabalho executado, de possibilidade de ascensão social ou até de segurança econômica (DADALTO, 2009, p. 30).

Segundo Trento (1989), depois de aguardar dias no porto as famílias italianas enfrentavam uma dura viagem naval. Ficavam cerca de 30 dias em alto mar, viajando na terceira classe. A alimentação era de má qualidade e era comum a morte causada por

---

<sup>6</sup> O termo era utilizado para expressar uma possibilidade de melhorar a condição de vida dos cidadãos europeus (DADALTO, 2009). Este termo é caracterizado na segunda metade do século XIX para designar o continente americano. Distinguindo dos emigrantes brasileiros no final do século XX que utilizam este termo para expressar o desejo de ser bem sucedido nos Estados Unidos da América (NICOLI, 2014).

comida estragada ou por epidemias. As descendentes, Rita e Alice, se lembram das histórias, contadas por seus avós e pais sobre a viagem de navio da Itália para o Brasil, que retratam essas condições.

*[...] foi a viagem, o navio, uma viagem muito difícil, muito turbulenta e eles vieram assim, muito pessoas, muitas pessoas numa classe só, muito amontado, uma viagem horrenda [...].(Alice, 73 anos).*

*Veio de navio isso, isso ela conta, gastou um mês. Gastaram mais de um mês pra chegar esse navio de vela [...] ai morria gente e jogava dentro do mar, isso tudo ela contava. (Rita, 70 anos).*

A região<sup>7</sup> de Alfredo Chave/ES teve seu território ocupado por famílias de imigrantes italianos vindas da região do vêneto, no norte da Itália, a partir de 1878. Com a chegada dessas famílias, a região foi tomando novos contornos através da ocupação e cultivo do solo.

*Em Alfredo Chaves cada um foi ganhando seu pedacinho de terra, inxada [...] e ali eles construía o seu barraco né, de sapé, [...] o governo dava uma ajuda de mantimento. [...]. (Alice, 73 anos).*

Dadalto (2009) enfatiza que todos os benefícios<sup>8</sup> materiais antecipados para as famílias de imigrantes deveriam ser pagos num prazo determinado pela comissão da Diretoria Central de Terras e Colonização do Espírito Santo<sup>9</sup>. Somente depois de cumpridas todas as obrigações é que o colono obtinha o título definitivo de seu pedaço de terra.

*[...] a maioria dos migrantes vindos tinha como objetivo cultivar seu próprio pedaço de terra, promessa da política migratória desenvolvida em primeira instância pelo governo imperial, depois pelo governo provincial. No Espírito Santo, os imigrantes viveriam ainda numa sociedade eminentemente rural, instalados em colônias em geral isoladas dos principais centros de comercialização e da produção político-cultural (DADALTO, 2009, p. 45).*

---

<sup>7</sup> Por compreender que no momento da chegada das famílias de imigrantes italianos, o território geográfico do Espírito Santo não contava com uma divisão organizada como atualmente, falamos região e não município, pois no momento de chegada dessas famílias as delimitações das porções geográficas eram enormes, muito diferentes da delimitação atual.

<sup>8</sup> Muitas famílias de imigrantes italianos receberam ferramentas e sementes para o cultivo no momento da chegada (Dadalto, 2009).

<sup>9</sup> A Inspectoria Geral de Terras e Colonização é o órgão principal no campo da colonização na estrutura governativa. Era responsável pelos novos contratos para a importação de novos imigrantes, tudo o que se referisse às colônias de Estado e ocupava-se da chegada e instalação dos colonos. Destaca-se que cultivar seu próprio pedaço de terra era a promessa da política migratória. Um dos objetivos da província do Espírito Santo era localizá-los como pequenos proprietários em colônias, visando a produção e comercialização do café numa forma de trabalho familiar, num ritmo de produção e ocupação do território geográfico. Neste sentido, as famílias de imigrantes italianos estruturaram suas vidas em torno da produção e comercialização do café no território espírito-santense (GROSSELLI, 2008 e DADALTO, 2009).

João nasceu e vive na região de Castelo e guarda na memória as histórias que escutava dos pais, dos tios e avós sobre a trajetória das famílias até chegar à região em que iriam viver. Nesse caso, na região de Alfredo Chaves, primeiro local de abrigo em terras brasileiras.

*Eles contava que vieram no navio, falava vapor e foi muito difícil. Morria gente e embrulhava no lençol e jogava no mar, morria muita criança [...] era todo dia jogando morto no mar. Eles desciam em Anchieta subiam o rio Benevente, eles deram esse nome sabe por que? Porque tinha muita água e eles pensavam “bons ventos, aqui tem fartura, tem água então tem fartura”. (João, 65 anos).*

As famílias de imigrantes italianos desembarcavam dos grandes navios ancorados no porto de Vitória – capital do Espírito Santo, e novamente embarcavam em navios de pequeno porte que se direcionavam para os portos menores situados no litoral espírito-santense (DADALTO, 2009). No caso específico do grupo de imigrantes italianos em estudo, a maioria desembarcou no porto de Benevente, atual município de Anchieta.

*Chegavam em Anchieta, ficava de quarentena e depois ia para Alfredo Chaves. Depois de algum tempo, não muitos anos, não sei [...] eles vieram aqui prá Castelo. Tinha uns que desciam em Araguaya ou em Matilhe, ia de Maria Fumaça, era o trenzinho que vinha prá qui... Tem a estação aí [...]. (Adalto, 64 anos).*

Nesse contexto, as famílias de imigrantes italianos que foram direcionadas para a região de Alfredo Chaves colonizaram e povoaram a região. Após um período de crescimento populacional e desenvolvimento econômico nessas terras, ocorreu a necessidade de aumentar a produção agrícola e o desenvolvimento da pequena propriedade familiar. Muitas famílias de origem italiana optaram por migrar para outras localidades, diante de um cenário que os impossibilitava de garantir o sustento das novas famílias, constituídas com os casamentos dos filhos, a partir da pequena propriedade familiar adquirida no momento de chegada (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

Dessa maneira, diversas famílias de origem italiana se direcionam para outras terras do próprio Estado do Espírito Santo. Entre as localidades escolhidas pelos filhos dos imigrantes está a região de Castelo. O povoamento dessa região contou com a participação das famílias de imigrantes italianos a partir dos anos de 1890. Destaca-se que os colonos eram agricultores vindos do norte da Itália e de outras regiões do Espírito Santo, em especial os já estabelecidos na região de Alfredo Chaves (CASAGRANDE e BARBIERO, 2012).

A chegada e o estabelecimento na nova terra eram difíceis para todos. Em condições precárias, as mulheres organizavam a vida doméstica, mesmo antes de terem suas casas construídas, pois chegavam junto com seus

companheiros e filhos numa terra para desmatar, construir suas casas e formar as lavouras (SIQUEIRA, FRANÇA e NICOLI, 2014, p. 69).

Realça-se que as mulheres trabalharam igualmente na formação das propriedades rurais, tiveram filhos, administraram a vida doméstica, além de enfrentarem a brutalidade dentro da família, como demonstrado nos relatos.

Santina e Maria nasceram em Alfredo Chaves e ainda crianças, juntamente com seus pais migraram para a região de Castelo. No relato do sobrinho Adalto, a saga dessas mulheres ganha vida. Ele narra o que traz nas lembranças das histórias contadas pelos pais e avós, que ouvia quando criança.

*Minha mãe contava a história da minha tia Santina. Ela veio de Alfredo Chaves com 08 anos junto com 04 irmãos pra aqui [referindo-se a Castelo]. Ela veio para cozinhar e ajudar na roça, só tinha 08 anos. Isso era tudo mata. Eles compraram essa terra aqui. Ela era a filha mais velha, por isso veio para ajudar [...] tinha só 08 anos. Eles desmataram e construíram um rancho, aí veio todos, era 13 filhos, a mãe e o avô. Depois eles fizeram essa casa aí. (Adalto, 64 anos).*



Casario da Família Nicoli no Córrego da Telha, Castelo/ES.  
Fonte: Foto de Milena Nicoli, setembro de 2014.

E foi nesse casario que Santina viveu até se casar. Em suas lembranças, o sobrinho Adalto continua a descrever a vida de sua tia.

*Ela casou nova, todo mundo casava assim, com 15 ou 18 anos. Ela teve 11 filhos. [...] era um homem muito bravo, os italianos são assim, tudo muito bravo, grosseiro, bruto [...]. Era gente boa, mas era bravo. Falava uma vez e os fio e a mulher tinha de obedecer [...]. Era só fazer assim [som com a garganta] que tudo tremia. O dia que ele chegava “virado” em casa ela tinha que correr com os filhos, ela dormia com os filhos no mato que ele botava todo mundo prá fora. Jogava as panelas pela janela [risos] no outro dia punha os meninos prá catar tudo [...]. Ele batia nela, mas só quando estava bêbado. Ela trabalhava na roça, cuidava da casa, costurava, trabalhava muito [...]. A vida de mulher aqui era um pouquinho pior que de escrava*



*[...] tinha de trabalhar muito [...] elas eram umas santas (Adalto, 64 anos).*

A vida da irmã de Santina não foi diferente, contudo, o relato a seguir demonstra sua força de trabalho e a mudança de suas responsabilidades após o falecimento do pai.

*A outra que trabalhava feito homem era a tia Maria. Eles contava que ela tinha 08 anos quando o pai morreu e ela teve que ficar no lugar dele na roça. A mãe ajudava, mas tinha os filhos menores e ela foi trabalhar no lugar do pai, ela tinha que fazer o serviço dele, senão perdia tudo, tinha 08 anos. (Adalto, 64 anos).*

As famílias de origem italiana no Espírito Santo, mais precisamente em Alfredo Chaves e Castelo, enfrentaram diversas dificuldades de adaptação e integração ao novo ambiente. As mulheres trabalharam igualmente na formação das propriedades rurais, tiveram seus filhos, administraram a vida doméstica, além de enfrentarem a brutalidade dentro da família conforme realça Siqueira, França e Nicoli (2014).

Destaca-se que com o passar dos anos as famílias foram crescendo e o rendimento da terra adquirida, no momento de chegada, se tornou insuficiente para o sustento de todo núcleo familiar. Nesse período chegavam às regiões espírito-santenses de Alfredo Chaves e Castelo, notícias sobre uma nova fronteira agrícola – a Mesorregião mineira do Vale do Rio Doce – Microrregião de Aimorés conforme destacou Nicoli (2014).

### **A migração italiana para Minas Gerais**

Diferentemente de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo que recebiam os imigrantes italianos em seus portos marítimos, Minas Gerais foi destino secundário. Nesse contexto, famílias de origem italiana chegaram às terras mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto com o sonho de se tornarem proprietários de terras. Tais localidades foram ponto de chegada de diversas famílias de imigrantes italianos provenientes do Norte da Itália e descendentes nascidos, em sua maioria, no interior do Espírito Santo. A chegada à região dessas famílias aconteceu no início do século XX, promovendo uma nova configuração a esse território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes e valores. Destaca-se que os imigrantes italianos chegaram numa proporção menor se comparados aos descendentes nascidos em terras brasileiras (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Em relação às famílias de imigrantes que chegaram ao Espírito Santo e se dirigiram para Minas Gerais, Boni (1990, p. 86) analisa que *“Isto aconteceu porque o governo de Minas Gerais fez um convênio com o estado do Espírito Santo, pelo qual*

*este se comprometia a receber e alojar, de início, os imigrantes que seguiram para Minas Gerais”.*

Segundo Anastásia (1990), em Minas Gerais, o ano de 1896 foi marcado pela fundação dos primeiros núcleos coloniais. As famílias de migrantes italianos tomaram diversos rumos, tais como: Belo Horizonte, Itueta, Juiz de Fora, Machado, Poços de Caldas, Ponte Nova, Santa Rita do Itueto e São João Del Rey. Os imigrantes italianos, que se destinaram para Minas, em sua maioria, já possuíam experiência imigratória em um dos outros Estados do sudeste do Brasil (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Após desembarcarem na estação ferroviária de Resplendor, as famílias se destinaram para a área rural. O percurso era longo até chegar às suas terras. Faziam picada nas matas e caminhavam, às vezes, por mais de um dia, a pé, com os animais levando suas mudanças. As ferramentas eram os pertences mais importantes, pois com eles construiriam suas casas e lavrariam a terra. Chegavam a uma localidade onde tudo estava por se fazer. Improvisavam um local para se abrigar da chuva e dos animais, derrubavam a mata, construíam suas casas e preparavam o terreno para a formação das lavouras conforme ressalta Siqueira, França e Nicoli (2014).

*[...] até Itueta, eles vieram de Maria Fumaça, o trem chamava Maria Fumaça, depois [...] todo mundo a pé. [...]. Com mala, com saco nas costas, crianças, tudo a pé. Num tinha nada, era tudo a querosene [...] o arroz que eles comiam era batido no pilão, à mão, que eles falavam. O café era batido no pilão, é tudo que eles comiam era colhido dali daquela terra que eles plantavam. Minha avó, minha mãe falavam com gente que ali eles sentiram muita dificuldade em tudo, mais que eles venceram. Porque aí veio, derruba a mata, pranta o café que era, é o principal daqui da região, cultivaram o café, prantaram o milho, prantavam feijão, arroz, cana de açúcar. Faziam tudo isso, era tirado do pedaço de terra e eles faziam tudo manual. (Rita, 70 anos).*

*[...] aqui era mata pura [...] eles conta, era mata purinha, purinha [...] fazia aquela, aquelas, aquelas barraca, aí ali eles ficavam e começavam a derruba pra pode começar a vida. (Alice, 73 anos).*

Enfatiza-se que as doenças tropicais que infestavam as matas, os animais selvagens e a dificuldade de acesso ao comércio local tornaram a vida dessas famílias extremamente difícil. Para as mulheres, em particular, essas dificuldades eram maiores. Sempre foram mulheres que se dedicavam ao trabalho, eram, de fato, mão-de-obra essencial na lavoura, pois tinham uma dura jornada de trabalho na roça. Isso além de parir seus filhos, cuidar, educar e cumprir todas as tarefas domésticas (SIQUEIRA, FRANÇA e NICOLI, 2014, p.72).

*Ela conta que trabalhava muito, dia e noite. Trabalhava na roça, na enxadas, roçando [...] tinha que cuida das criação, da casa, da comida e das crianças. Ela que costurava a roupa de todos, mais tinha que trabalhá na enxada. [...]. Ela contava que trabalho o dia todo e já tava quase na hora do bebê nasce, mas num podia parar [...] aí ela ganhou o fio debaixo do pé de café. (Marilda, 53 anos).*

*Quando ela tava [...] barriguda na hora de ganhar, aí tinha o milho lá em cima, lá onde é café [...] aí ela foi lá quebra milho o dia inteiro com ele. Aí de tarde, ele botou um balaio de milho cascado nas costas dela [...]. Ela veio de noite e ela ganhou [...]. Ela conta isso, aí eu falei “vovó, mas ele era ruim pra senhora em?” “Não minha fia é necessidade”. (Catarina, 73 anos).*

A formação das lavouras e a criação do rebanho foi uma conquista que exigiu o trabalho de toda família no cotidiano. Nessa trajetória, as mulheres cumpriram importante função, pois, além do trabalho no campo, cuidavam de todas as atividades e organização da vida doméstica (NICOLI, 2014).

### **A poderosa “mão invisível” da vida cotidiana**

Realça-se que as mulheres, pouca ou nenhuma influência tinham nas decisões do companheiro. A mudança para uma nova terra lhes era avisada e cabia às mesmas reunir os poucos pertences da família, os filhos e entregar-se ao que estava por decorrer. Muitas saíam do núcleo familiar sem nenhuma esperança de um dia retornar e ver seus familiares novamente. As mulheres trabalharam na lavoura ajudando seus companheiros, além das obrigações domésticas, nas terras mineiras, como as pioneiras no Espírito Santo, trabalhavam na formação das lavouras e criação de rebanhos (SIQUEIRA, FRANÇA e NICOLI, 2014). A dureza da vida daquelas mulheres está presente nas memórias das descendentes que recordam emocionadas.

Depois de um longo dia de trabalho na roça, elas tinham a jornada de trabalho doméstico. Nessas atividades tinham a ajuda das crianças que muito cedo começavam a trabalhar, tanto na roça como nas tarefas domésticas. Segundo Colbari (1997), no período de formação dos cafezais o trabalho era mais intenso e exigia a participação de toda a família, ou seja, crianças acima de seis ou sete anos já eram consideradas habilitadas para o trabalho nas atividades agrícolas. As crianças também enfrentavam uma rotina de muito trabalho na roça, apenas os menores de seis anos ficavam em casa. As crianças do sexo feminino, como as mulheres, também tinham dupla jornada de trabalho. Como relatam, ainda criança, depois de um dia de trabalho na roça, a rotina

diária de trabalho era prolongada com as obrigações domésticas. Não tiveram a oportunidade de frequentarem a escola e a infância foi vivida “no cabo de uma enxada”.

*Ah! Eu trabalhava demais na roça. Com seis anos meu pai botava a gente na enxada [...] tinha que trabalhar a semana inteira, quando chegava sábado e domingo a gente tinha que lavar roupa pra segunda-feira. Costurava o domingo [...]. Todo o serviço que num podia fazer na semana tinha que ser feito no domingo, a gente não tinha descanso pra nada. Assim com seis anos a gente fazia comida, colocava no fogão, assim um caixote pra gente alcançar. Foi muito sofrido, eu puxava enxada o dia inteiro, eu tinha muita dor nas costas, sofri demais na roça... (Catarina, 73 anos).*

*Fazia tudo na roça [...] capinava, panhá café. Fazia qualquer serviço, na enxada [...]. Minha mãe trabalhou até no dia que morreu [...]. Magrinha. Mais pra trabaia assim nunca vi. Mesmo o dia [pausa] no sábado ela trabaio, no domingo[...] ela faleceu. (Maria, 84 anos).*

A dureza do cotidiano daquelas mulheres está presente nas lembranças da filha, que relembra emocionada que até no dia em que faleceu, sua mãe não deixou de cumprir as obrigações que lhe eram designadas. Como sua mãe, Maria iniciou sua vida como trabalhadora rural muito jovem, afirmando não se lembrar de quando não tinha obrigação de trabalhar, pois desde os seis anos ajudava na “panha” do café ou ficava em casa cuidando dos irmãos menores. Depois de casada, sua vida e de seus filhos não foi diferente, se não levava o bebê para a lavoura, deixava-o em casa com os maiores que, como ela no passado, não tinham mais de seis anos de idade. A descendente recorda a dureza do cotidiano e a importância de seu trabalho para a formação da propriedade rural que possuem atualmente (SIQUEIRA, FRANÇA e NICOLI, 2014).

*[as crianças] Ah! largava lá! Eu também largava lá em casa e trabaia na roça dia inteiro. Quando não podia levar né (riso). Essas mesmo, mais véia, foi criada em baixo dos pés de café [...]. Colocava com pano e uma peneira, botava dentro da peneira e trabaia o dia inteiro. Quatro (04) horas eu vinha embora [...] fazia a janta e tratava da criação [...], costurava, trabaia na horta. Tudo eu fazia. Eu falo sempre que, cuidava de horta, cuidava de menino e trabaia dia inteiro na roça. [...] dia de sábado limpava casa, passava o pano e pronto [...]. Escola não teve. Eu num teve escola [...]. No domingo, ah! Nós tomava café, era a merenda. Tomava um café e merenda, ia pra igreja, pra limpar a igreja [...] e reza. (Maria, 84 anos).*

Realça-se que as crianças também enfrentavam uma rotina de muito trabalho na roça, apenas os menores de seis anos ficavam em casa e com tarefas para cumprir. Conforme narra Maria, ainda na infância, depois de um dia de trabalho na roça, sua rotina diária de trabalho era prolongada com as obrigações domésticas.

A partir dos relatos é possível destacar que as mulheres tinham uma carga horária de trabalho muito intensa. Muitas vezes, por despender longas horas de trabalho na lavoura, os serviços domésticos, de exclusiva responsabilidade delas, eram realizados à noite depois de um desgastante dia de trabalho. Elas eram mão-de-obra essencial na lavoura e substituíam a contratação de trabalhadores. Sua força de trabalho era fundamental para produção e formação de poupança para investimento na propriedade ou para aquisição de novos pedaços de terras. Para conseguir realizar todas as atividades domésticas, em várias ocasiões trabalhavam depois que todos estavam dormindo.

*[...] aí ela conta que, que o pai dela muito seguro, que italiano é seguro, aí o pai dela como era muito seguro num deixava gasta querosene de noite com a lamparina, tinha que dormi [...]. Aí, a irmã dela marcava lencinhos, dobrava assim e marcava, aí o que elas fazia pra pode marca, que de dia, ia trabalha! [...], aí elas botava a lamparina lá em baixo e ela ia por cima marcando assim, escondido, o pai num vê, pra num gasta querosene, ah! Pelo amor de Deus! [...]. (Catarina, 73 anos).*

*[...] ela [sogra] costurava de noite, calça nessas maquininha a mão. Costurava de noite, pra ganha uns trocadim pra pagar um empregado pra ajudar ele na roça, que ela e ele não dava conta, então, ela trabalhava pra pode ganha aqueles dinheirim pra pode ajudar [...]. (Catarina, 73 anos).*

Descrivendo sobre o dia a dia das mulheres descendentes, Nicoli (2014, p. 95) enfatiza que

A participação das mulheres, tanto no âmbito doméstico quanto na lavoura, era importante para a economia familiar. Sempre muito sérias e caladas, usavam um longo vestido e pano na cabeça, bem ao estilo da Itália. Além dos serviços domésticos e educação dos filhos, também cuidavam da horta, terreiro, criações e participavam ativamente dos trabalhos na lavoura. Assim pode-se resumir o cotidiano das mulheres descendentes: catavam as roupas sujas para lavar, cuidavam da limpeza e arrumação da casa, cozinhavam no fogão à lenha, cuidavam dos filhos – isso quando a filha ou filho mais velho ainda não tinha idade suficiente para ficar com os irmãos mais novos –, e ainda ajudavam os companheiros/maridos na lavoura, pois não se podia pagar um empregado para ajudar no trabalho do campo. Outra ocupação típica das mulheres era a costura. Tal tarefa era feita após o jantar, quando o marido e os filhos já estavam dormindo. Como não havia energia elétrica, costuravam à luz da lamparina e a máquina era tocada à força das mãos.



Máquina de costurar a mão.

Fonte: Foto de Sandra Nicoli, fevereiro de 2012.

Nota-se pelos relatos, a importância da força de trabalho das mulheres no campo não só como mão de obra na lavoura, mas também como força de trabalho a fim de conseguir dinheiro para aquisição de bens que não produziam, e até mesmo pagar um trabalhador na lavoura. Esses relatos nos permitem afirmar que essas mulheres foram essenciais, no trabalho doméstico, na lida com a lavoura e na provisão de recursos para o desenvolvimento das propriedades rurais (SIQUEIRA, FRANÇA e NICOLI, 2014).

Sobre a religiosidade das famílias de imigrantes italianos no Espírito Santo, Colbari (1997) menciona que, quando não se tinha a presença do padre para rezar a missa, era feita a leitura do Evangelho e a reza da ladainha de forma coletiva. Essas práticas em conjunto aumentavam a religiosidade das pessoas e ainda estimulavam o convívio social. A preservação da religião, da comida e da língua de origem reafirmava a intenção da preservação cultural como forma de estimular a resistência e a solidariedade do grupo conforme enfatizou Colbari (1997).

Enfatiza-se que na organização das atividades religiosas as mulheres desempenhavam importante papel. Organizavam os ofícios, as reuniões e, principalmente as festividades religiosas de origem católica, principalmente o que se referia à ornamentação e alimentação.

Segundo Colbari (1997), as famílias eram grandes e seguiam o modelo patriarcal, em que o marido tinha autoridade total sobre as mulheres, filhos e agregados; essas famílias eram extensas e os filhos só eram emancipados quando se casavam. Para as mulheres, o casamento representava apenas a mudança de casa e de mando, pois

deixavam a casa paterna para ir para a casa dos maridos, seus novos senhores. O casamento só era permitido entre os descendentes; o casamento com os “brasileiros”<sup>10</sup> era indesejável.

*É meu pai era muito racista, não queria que ninguém casasse com brasileiro não, era só italiano mesmo, só italiano. É, eu fui noiva de um rapaz brasileiro, eu tava prestes a casar, faltava eu acho que uns dois mês pra mim casar, aí eu larguei o rapaz porque meu pai não queria, não queria ir no casamento, era racista não gostava de brasileiro, se fosse moreno e não fosse italiano, não misturava as famílias. (Marilda, 53 anos).*

*Nós casava tudo entre nós [...] só poderia casar com gente italiana mesmo, da origem branca mesmo, ele tem até um filho que é casado com uma brasileira ela é meio escura [...] precisou sair de casa, entendeu, e ele casou assim, num teve casamento na igreja igual todos os filho [...]. (Alice, 73 anos).*

*É preconceito [...] é assim, mulher não tem direito a herança, trabalha, mas não tem direito. Aconteceu na minha família, ele achava que era só os homens que tinha que ganhar herança, as mulher não. (Alice, 73 anos).*

Segundo Colbari (1997), as mães eram as únicas responsáveis pela criação e educação dos filhos. Uma vez que sua escolaridade era de nível básico ou analfabeto, muitas vezes, a aprendizagem acontecia, através de professores contratados pela própria família.

*[...] aqui não existia professor. Eles não queriam que os filhos deles ficassem analfabetos, aí o meu vô Luiz, então ele, pagava [...] a professora e ela ficava dentro da casa dele, pra dá aula pros filhos dele. (Maria, 84 anos)*

*Ah, aqui a gente estudava, chegava em casa, a aula terminava onze horas [...] chegava em casa almoçava e ia pra roça levar café do meio dia e ficava na roça. Nossa vida foi assim é... na roça. (Marilda, 53 anos).*

Os relatos das mulheres e dos homens que guardam na lembrança as histórias contadas sobre os antepassados que vieram da Itália, aportaram no Espírito Santo e, depois de algum tempo migraram para Minas, demonstram que as mulheres foram não só esposas e mães, mas força de trabalho que derrubou mata e cultivou as lavouras (SIQUEIRA, FRANÇA e NICOLI, 2014). As mulheres, com sua poderosa “mão invisível”, seja na sua força de trabalho e na persistência, foram muito mais que mães e

---

<sup>10</sup> Embora apenas uma pequena parte dos imigrantes tenha nascido na Itália, eles e seus descendentes se denominam italianos e atribuem aos não descendentes o adjetivo de “brasileiros”. Expressão muito comum na região: “nós e os brasileiros” ou “nós e os italianos” (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

donas de casa. Foram braços que derrubaram as matas, construíram as casas e formaram as lavouras, em pé de igualdade com seus companheiros.

### **Considerações Finais**

A migração é um fenômeno que sempre esteve presente na história do Brasil. Dentre os vários imigrantes que aqui aportaram, os italianos foram um dos fluxos mais importantes. O projeto imigrantista baseado na pequena propriedade familiar estimulou a imigração de famílias italianas camponesas a partir da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, desde a saída da Itália até a chegada ao território brasileiro e a formação das propriedades rurais seguida de uma luta de desbravamento e construção de um lar, as mulheres se fizeram presentes. Contudo pouco aparece nos relatos e quando aparecem são vistas apenas como elementos que compõem uma cena.

Toda essa trajetória foi registrada nas memórias de seus descendentes e, quando ativadas, relembram detalhes de fatos vividos por elas e contados pelas gerações seguintes. Através dos relatos orais com os descendentes mais antigos residentes no Espírito Santo e em Minas Gerais, foi dada voz a essas mulheres que com sua força de trabalho e persistência foram muito mais que mães e donas de casa. Foram braços que derrubaram as matas, construíram as casas e formaram as lavouras, em pé de igualdade com seus companheiros. Dessa forma, as mulheres foram fundamentais no desbravamento, conquista e ampliação das propriedades que atualmente fazem parte do panorama das regiões focalizadas. A invisibilidade do trabalho e da importância do elemento feminino é uma falha, quando se conta a história da imigração italiana em Minas Gerais. Tanto quanto os homens, ou melhor, mais que os homens, as mulheres foram braços que lidaram nas lavouras e também no espaço doméstico. De fato, desempenharam um papel fundamental na formação e configuração do território onde se estabeleceram as famílias de origem italiana.



## Referências Bibliográficas

AMATI, Patrícia. Um Sonho Italiano: a imigração para o Brasil entre 1870 E 1910. **Akrópolis**, Umuarama, V.13, n.1, 2005, p. 69-72.

ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

BUSSOLA, Carlos. Alguns aspectos da cultura dos descendentes dos imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

CASAGRANDE, André Dell`Orto; BARBIERO, Maria Helena Mion. “**Castelo da Pré História ao Início do Século XX**”. 2 Edição. Castelo/ES. 2012. Disponível em: [http://www.castelo.es.gov.br/site/municipio\\_livro.asp](http://www.castelo.es.gov.br/site/municipio_livro.asp)

COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a Cultura Brasileira. **Rev. bras. Hist.** [online] vol. 17 n. 34. São Paulo, 1997. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200003>. Acesso em 04/07/2012.

DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade: polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

NICOLI, Sandra; SIQUEIRA, Sueli. Território de imigração italiana e emigração de seus descendentes. In: PADILHA, Beatriz *et al* (Orgs.). *Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa: Atas do 2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa*. 1ed. Lisboa - Portugal: ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, 2012, v. 01, p. 29-42.

NICOLI, Sandra. GENOVEZ, Patrícia Falco. SIQUEIRA, Sueli. Migração, Memória e Território: os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas**. Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal, v. 26, nº 49 (2013). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Revista Eletrônica. <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br>

NICOLI, Sandra. *I/Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto – a chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália*. Dissertação (mestrado). Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.

NICOLI, Sandra. Em terras brasileiras: famílias de imigrantes italianos territorializam no Espírito Santo e reterritorializam em Minas Gerais. In: I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias, 2015, Vitória - Espírito Santo. I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias - Caderno de Anais. Vitória - ES: LEMM, 2016. v. 1. p. 224-236.

SANTOS, Mirian de Oliveira. Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil. In: PACELLI, Ademir *et al* (Orgs.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 99-101.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elementos constitutivos da condição do imigrante. **Travessia**, número especial. 2000.

SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (Org). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: a construção de um perfil de Historiador-Etnográfico. **Ciência E Conhecimento** – Revista Eletrônica da Ulbra São Jerônimo – Vol. 01, 2007, História, A.2.

SIQUEIRA, Sueli; FRANÇA, Ariele; NICOLI, Sandra. A saga das mulheres italianas e descendentes no projeto migratório. Microrregião de Aimorés/MG. In: ASSIS, G. O. (Org.); BENEDUZI, L. F.(Org.). **Os pequenos pontos de partida: novos e (imigrantes) rumo à Itália no século XXI**. 1 ed. Curitiba/PR: CRV, 2014, v. 1, p. 65-82.

TEIXEIRA, Mariana Eliane. **Um Estudo Sobre a Presença de Imigrantes Italianos na Região de Oliveira - MG (1850-1915)**. São João Del Rey, 2009. (Publicação no site de Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes).

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

VAINER, Carlos B. Estado e Migrações no Brasil: Anotações para uma história das políticas migratórias. **Travessia**. A Revista do Migrante/Janeiro-Abril, São Paulo, 2000.